

ÑANDESY E OGUATÁ PORÃ: O IMPACTO DA COVID-19 NA MOBILIDADE DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ

Laísa Elena de Barros Monteiro¹
Antonio Hilario Aguilera Urquiza²

Resumo: Historicamente, as comunidades Guarani e Kaiowá realizam um processo de deslocamento espacial – Oguatá, orientado por motivações diversas. A presente pesquisa visa analisar essa movimentação a partir da narrativa das anciãs - Ñandesy, em contexto de pandemia da COVID-19, de maneira que seja possível verificar os impactos do isolamento social, na prática do Oguatá. O enfoque etnográfico se constitui em região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, nos municípios de Amambai e Caarapó. Nesses espaços, tradicionalmente, as mulheres se deslocam com o intuito de constituir e fortalecer relações de parentesco, participar de rituais, entre outros. Portanto, compreende-se o deslocamento enquanto processo essencial no jeito de ser Guarani, sendo assim, fundamental na cosmologia de uma população sem fronteiras, que sofre com as interferências históricas do Estado, haja vista, que as dinâmicas territoriais são organizadas por este, que circunscreve o território e reprime a movimentação do corpo fronteiriço. Nesse viés, as orientações estatais contra a proliferação do coronavírus, impactavam diretamente em uma prática ancestral, sendo esta comprometida por indicações de um Estado omissivo, que se demonstra incipiente sobre a realidade dos povos indígenas ao disseminar prescrições coletivas sobre o isolamento social.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas; Mobilidade; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Durante o período colonial, as comunidades Guarani e Kaiowá, foram alvos de truculentas estratégias expansionistas que buscavam seus territórios para a exploração de recursos naturais e o uso de sua mão de obra. Com a criação dos Estados Nacionais, as fronteiras impostas pelos novos governos impactaram diretamente o modo de vida dos Guarani, que passaram a ser confinadas/os em reservas. Esse processo foi agravado ao longo do século XX, especialmente com o avanço do agronegócio e a pressão para a ocupação de suas terras por fazendeiros, conforme elucidado por Brand e Colman:

Não fazem sentido para os Guarani, as fronteiras nacionais, embora, desde o período colonial, sua história venha, fortemente, marcada e demarcada pelas fronteiras dos estados nacionais. Porém, é importante destacar que desde o período colonial, os Guarani buscam ignorá-las, resistindo a esse tipo de enquadramento. (BRAND; COLMAN, 2014, p. 5).

A ideia de fronteiras fixas é formada por um agente invisível e não detentor do saber tradicional na cosmologia das/os Guarani e Kaiowá. O território é caminho de comunicação,

¹ Discente de graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências Humanas – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC 2023/2024.

² Docente na graduação em Ciências Sociais e na Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

sendo este o agente responsável pela criação e seguimento das relações constituídas, sem a imposição de barreiras fixas e limitadas por motivações desconhecidas e insignificantes à comunidade. Nesse sentido, Crespe (2015) explica que a imposição de divisas aconteceu em consonância com a chegada das diversas frentes de colonização, pois os karai³ determinavam novos limites e diferentes formas de distribuição de terra, que não faziam sentido para as comunidades tradicionais:

A chegada deles foi acompanhada da chegada dos limites e das fronteiras, que passaram a controlar os territórios indígenas e a transformá-los em propriedades privadas. Se o território produzido em cima dos territórios indígenas resultou em remoções forçadas de suas terras, as cercas implicaram em dificuldades na reprodução das formas de mobilidade indígenas. (CRESPE, 2015, p. 46-47).

Ao longo do tempo, as/os Kaiowá e Guarani enfrentaram e ainda enfrentam outros problemas relacionados a posse de suas terras, como, por exemplo, o despejo e a não demarcação dos territórios ancestrais, o que intensificou o confinamento forçado em áreas cada vez menores, prejudicando suas práticas culturais e espirituais. O processo de confinamento não apenas limitou o acesso aos recursos naturais essenciais para sua sobrevivência, como também afetou suas redes de aliança e relações de parentela, fundamentais para a manutenção da cultura e identidade.

Nessa perspectiva, o objetivo da seguinte pesquisa é analisar os impactos da COVID-19 na mobilidade espacial das mulheres Guarani e Kaiowá, de maneira que seja possível identificar como as medidas de isolamento social afetaram a mobilidade dessas comunidades, da mesma forma que as políticas de confinamento forçado. Tendo em conta que, apesar do término da pandemia do coronavírus, as consequências desse período ainda ressoam sobre as comunidades afetadas, haja vista que a COVID-19 foi utilizada como instrumento para dizimar essa população, como explica Veron e Guimarães:

Os indígenas no estado do MS vivem uma vida extrema entre mono cultivos e a violência de usurpadores de seus territórios e vidas, eles estão vendo seus corpos e territórios sendo atingidos e criminalizados sob a marca do coronavirus, uma força a mais na colonização. Foram contaminados em frigoríficos, onde trabalhavam, e agora são acusados pelos brancos de carregarem o vírus. Os Kaiowá relatam que em suas idas às cidades estão sendo hostilizados porque são vistos como disseminadores da Covid, mais uma vez vemos o racismo se acoplar ao coronavirus. (VERON; GUIMARÃES, 2020, p. 117).

Nesse sentido, é necessário compreender que a mobilidade na cultura Guarani não é apenas uma característica física dos deslocamentos territoriais, mas que envolve também aspectos simbólicos, culturais e espirituais. Nesse contexto, as mulheres desempenham um papel crucial, sendo responsáveis pela manutenção das práticas tradicionais e pela organização social das comunidades. Além de sua participação nas atividades cotidianas, as mulheres são as

³ Palavra da língua Guarani que caracteriza os brancos, não indígenas.

principais agentes de mobilidade nas comunidades, conectando famílias e perpetuando os saberes ancestrais. Conforme elucidado por Seraguza, elas estão na linha de frente das retomadas de terras, assegurando a continuidade cultural e a coesão social:

[...] as retomadas são relacionais e as mulheres são os feixes das relações. Desta forma, quando as mulheres, junto com os homens, retomam suas terras, elas estão retomando suas redes de parentesco, seus conhecimentos e valores, a partir de uma maneira específica de fazer política que compõe os modos de ser mulheres (kuña reko) entre os Guarani. (SERAGUZA, 2018, p. 216).

À vista disso, com o agravamento dos conflitos fundiários e as restrições de mobilidade impostas pela pandemia, torna-se urgente analisar como as mulheres têm resistido e se adaptado a novas realidades, mantendo práticas ancestrais e a luta constante por seus territórios tradicionais. À vista disso, surge então a necessidade de discutir o impacto da pandemia da COVID-19 no cotidiano das/os Guarani e Kaiowá, bem como as conjunturas existentes na contemporaneidade que impossibilitaram a mobilidade tradicional durante o período pandêmico.

Ademais, se faz fundamental nesta pesquisa compreender tal fenômeno a partir da perspectiva das Ñandesy⁴, que assumem papel central em seus grupos. Tendo em conta que estas são responsáveis pela manutenção e preservação do fogo central, elemento fundante da estrutura social das/os Guarani e Kaiowá, sendo estes “interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política” (PEREIRA, 2004, p. 51). Em vista disso, o presente artigo realiza, durante o seu desenvolvimento, recorte de gênero, a fim de evidenciar a perspectiva das mulheres em todos os fenômenos apresentados.

Por fim, este artigo está dividido em seis tópicos, sendo estes: introdução, referencial teórico que se divide nos tópicos “A parentela a partir das mulheres Guarani e Kaiowá” e “Mulheres que caminham”, logo em seguida os percursos metodológicos, análises e discussões e considerações finais. Nos percursos metodológicos, me dedico a explicar como cheguei nessa temática e quais caminhos trilhei para definir os objetivos e os métodos que construíram esse trabalho. No referencial teórico, escrevo sobre os fundamentos consolidados por outras/os autoras/es, explicitando temáticas importantes para a compreensão desse trabalho, como: território, fogo doméstico, mobilidade, entre outros. Para finalizar, escrevo a análise e discussão, onde apresento as conversas que construí na aldeia Tey’kue em Caarapó e no território Panduí em Amambai, bem como realizo um paralelo entre as informações que contatei em campo com as teorias das/os antropólogas/os que me dediquei a ler. Nas considerações

⁴ De acordo com Fernandes (2024) Ñandesy significa “nossa mãe” na língua Guarani e caracteriza as mulheres anciãs, detentoras do canto e normalmente responsáveis pelas rezas e cerimônias religiosas.

finais, apresento as ideias que construí ao longo da pesquisa e me deparo com uma temática ampla que pode ser analisada e discutida em futuros artigos.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

O presente projeto de pesquisa iniciou a partir da iniciação científica e está inserido no projeto de pesquisa “ÑANDESY e o OGUATÁ PORÃ Estudo antropológico das mulheres kaiowá e guarani no contexto da mobilidade e fronteira”. Na construção desta, realizei em primeiro momento um levantamento bibliográfico, em que foram realizadas buscas para identificar textos que abordassem a centralidade da mulher na cultura Guarani e Kaiowá. Inicialmente, busquei por autoras indígenas das etnias mencionadas, a fim de compreender suas vivências e saberes por meio de suas escritas. Assim, me dediquei às leituras das dissertações de Veron (2018) e Almeida (2018) que me propiciaram um grande panorama sobre o modo de viver das mulheres Guarani e Kaiowá e a relação delas com o território ancestral.

Na realização do levantamento bibliográfico, não dispensei a utilização de outros autores, como Brand (1998), Crespe (2015), Pereira (2007) e Seraguza (2018). A partir dos conceitos de território, mobilidade e fogo doméstico elucidados por estas/es autoras/es, iniciei a construção do presente estudo a fim de analisar a mobilidade espacial a partir das narrativas das Ñandesys, haja vista o conhecimento ancestral que estas carregam. Contudo, no decorrer das leituras, fui atravessada pelo texto “Sobre máscaras, fumaça e fogo doméstico” de Veron e Guimarães (2020), que despertou o interesse pelo impacto da COVID-19 na vida das mulheres Guarani e Kaiowá.

Em novembro de 2023, participei da Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá), onde pude acompanhar as reivindicações e solicitações das participantes, principalmente sobre questões territoriais e problemas relacionados à saúde. Durante o evento, tive contato com a minha primeira interlocutora, uma anciã de 70 anos, residente do Território Panduí em Amambai. Esta não terá seu nome divulgado no decorrer do texto, pois em diálogo identificamos juntas a vulnerabilidade de expor uma temática sensível e com relatos muito particulares relacionados a perdas e negligências. Por isso, tratarei ela nessa pesquisa pelo nome fictício de Dona Lurdes.

Nesse viés, acompanhei em 2024 meu orientador, o professor doutor Antônio Hilário, em quatro viagens à Caarapó, onde ele propicia capacitação aos colaboradores do CRAS na reserva indígena Te’y Kue e no CREAS do município. Nesse território, conheci minha segunda

interlocutora, uma senhora de 60 anos, moradora da aldeia Te'y Kue em Caarapó, que também não terá seu nome revelado nessa pesquisa, por contar histórias vividas não somente por ela, mas por toda sua família. Assim, irei me referir a ela nessa pesquisa como Dona Carmen.

A partir dessa rede de comunicação, foi delimitado o enfoque etnográfico nos municípios de Caarapó e Amambai, onde seria possível vivenciar mais trabalho de campo, tendo em vista o deslocamento geográfico. Além disso, a pesquisa desenvolveu caráter qualitativo etnográfico, pois Peirano (1995) explica que a etnografia não envolve apenas a coleta de dados, mas também os contrapontos entre a teoria e as observações feitas no campo, revelando novas particularidades do que se é estudado.

Em primeiro momento, o objetivo da pesquisa se pautava em identificar as nuances quantitativas da COVID-19 nos territórios contatados, de modo que fosse possível atinar dados relacionados a vacinação, atendimentos pela SESAI, entre outros. A partir da primeira conversa em campo, com a Dona Lurdes, comecei a perceber que o meu interesse estava direcionado a elementos que não eram tão interessantes a ela, bem como necessitaria de dados que ela também não poderia me fornecer.

À vista disso, iniciei o processo de construção e reconstrução de uma pesquisa que fizesse sentido, não a partir das minhas intenções, mas dos tópicos levantados e relatados pelas minhas interlocutoras. Nesse cenário, não me parecia coerente tentar seguir com uma temática que, apesar de me contatar no campo, era tecida a partir de outras vertentes, que até então eu desconhecia. Por isso, decidir organizar os objetivos e então analisar, a partir do levantamento bibliográfico e dos relatos das anciãs, como o coronavírus impactou diretamente na mobilidade das mulheres Guarani e Kaiowá.

Dessa forma, construí uma metodologia de pesquisa a partir da oralidade, me pautando nos interesses das interlocutoras, para que estas fossem responsáveis pelo direcionamento das conversas e construção destas. Dado que na cosmologia Guarani, o diálogo em grupo é parte importante da vida coletiva, pois é por meio das reuniões em torno da fogueira que se fortalecem vínculos familiares, se tomam decisões e traçam estratégias. Tomei essa decisão ao perceber que as conversas gravadas eram mais fluidas, e que as interlocutoras se sentiam mais à vontade ao falar sem o celular para capturar o que era dito. Em consonância a isso, Fagundes disserta que “escutar com atenção os mais velhos, usar da oralidade e gravar os ensinamentos na memória e não no gravador” (FAGUNDES, 2017, p. 44).

Por fim, optei pela entrevista semiestruturada, estabelecendo apenas uma pergunta prévia: 1) Como foi a pandemia da COVID na casa da senhora? Por isso, iniciei cada diálogo com uma breve apresentação sobre mim e uma explicação sobre o interesse da pesquisa, centrada em compreender os impactos da pandemia naquele território. Desse modo, realizei duas escutas sistemáticas, com a interlocutora de Amambai e com a interlocutora de Caarapó. Durante as conversas, evitei interferir em suas falas, deixando espaço para que temas pertinentes pudessem florescer, levando em consideração que “Viajar pela memória das pessoas mais velhas é a mais bela e pura construção de conhecimento que um povo tem” (FERREIRA, 2014, p. 36). Por fim, realizei uma análise crítica, contrastando as informações presentes no referencial teórico e os relatos das interlocutoras, visando identificar os impactos do isolamento social devido à COVID-19 no Oguatá.

1. A PARENTELA A PARTIR DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ

A mulher Guarani e Kaiowá é como um elo central das relações, ela é responsável pela integração da comunidade e pela continuidade de seu povo, não somente por meios biológicos através do nascimento, mas principalmente por caminhos cosmológicos, repassando para as/os descendentes as histórias e os ensinamentos dos seus, assim como explica Veron:

Nós, mulheres Kaiowá, somos as guardiãs destes saberes próprios e temos a responsabilidade de transmitir esse ensinamento, somos guardiãs da dinâmica da vida e da sociabilidade que mantêm vivo o *tekoha* o local onde viveu nossos antepassados, território onde construímos nossas casas, acendemos nossos fogos, plantamos, cantamos e rezamos. Continuamos buscando os valores sociais, a essência da vida, fortalecida por esse ensinamento, bem como os repasses de valores socioeconômicos e culturais que vão direcionar o *nhandereko*, nosso modo de ser. (VERON, 2018, p. 21).

Em assimetria com as sociedades não indígenas, as mulheres Guarani e Kaiowá não desassociam o cotidiano do divino, assim, as atividades domésticas, os cantos e as caminhadas não são atividades singelas do dia a dia, são profundamente espirituais, de modo que viabilizem a harmonia e a continuidade da vida. Seraguza (2023) aponta que a cosmologia Guarani e Kaiowá vincula a esfera da vida cotidiana a vida espiritual, conferindo às mulheres um papel que excede o doméstico, tornando-se central para a manutenção da vida e das tradições culturais.

A vida e o modo de viver ecoam das palavras das mulheres, principalmente a partir da sabedoria das Ñandesys, enquanto senhoras, guardiãs dos cantos e detentoras dos saberes ancestrais. Essas podem também ser denominadas como “Guardiãs do Fogo”, pois em torno da fogueira transmitem seus conhecimentos tradicionais para sua parentela. A partir disso, é

possível perceber o fogo enquanto elemento natural sacralizado na cosmologia Guarani e Kaiowá, sendo este relacionado também a manutenção das relações sociais, levando em conta que o fogo doméstico é a primeira estrutura de socialização destas comunidades, por ser através dele que se repassam conhecimentos e se produzem novos saberes. Pereira disserta que “É a partir da experiência aí vivida que o Kaiowá percebe sua inserção no universo social humano” (PEREIRA, 2016, p.23).

À vista disso, compreende-se que o fogo doméstico é a estrutura organizacional mais simples em um território, e pode ser explicado de maneira mais acessível para as/os não indígenas como uma casa que abriga as/os integrantes da família nuclear, ainda que não existam necessariamente relações de consanguinidade entre elas/es. Ao considerar que as relações constituídas podem ser caracterizadas por: descendência, conjugalidade, aliança e relações de parentesco:

O fogo doméstico reúne idealmente um homem, sua esposa, seus filhos e filhas solteiros. Empiricamente, este modelo se complica através da existência de significativas variações. É comum encontrar parentes consanguíneos do esposo ou da esposa agregados ao fogo, ou ainda guachos (filhos adotivos), que podem ou não ser parentes (consanguíneos ou afins). (PEREIRA, 2016, p.24).

Assim, é possível analisar que o fogo compõe papel social importante de maneira que as pessoas precisam estar ligadas a um núcleo, mesmo que temporariamente. Considerando que “O fogo é o ponto focal a partir do qual a pessoa se insere nas redes sociais” (PEREIRA, 2016, p.27). Nesse sentido, este desempenha papel cosmológico integrador, não somente por manter a coesão do grupo, mas também por atribuir significados à vida. Para isso, o casal mantenedor do fogo, deve sempre viver em harmonia, assim como vivem os deuses em seus fogos celestes, pois “No fogo deve prevalecer a amabilidade, as pessoas devem se sentir confortáveis e à vontade umas com as outras. Quando isto não ocorre, o fogo se desarticula” (PEREIRA, 2016, p. 24).

Nessa perspectiva, compreende-se que a parentela é constituída então a partir de laços afetivos, que podem ou não envolver consanguinidade, mas que precisa abarcar as afinidades e as relações matrimoniais. Com isso, tem-se que a mulher é o pilar central das relações que surgem a partir ou por meio dela, considerando que “É a mulher que conta a história dos parentes, de quem são os pais, filhos, primos, primas para não perder a rede de relações” (SERAGUZA, 2018, p. 218).

Dessa maneira, a família extensa abarca então membros que não estão necessariamente na mesma casa, podendo estas/es serem vizinhas/os, mas ainda assim abrigarem o mesmo território ancestral, denominado Tekoha. Este, é o espaço que possibilita a materialização dos

afetos, possibilitando a construção e fortalecimento de vínculos com aquelas/es que estão vivos, mas também com aquelas/es que já se foram. Para Brand “É a aldeia, efetivamente, o espaço onde se fundem terra, território, subsistência, relações sociais e festas religiosas” (BRAND, 1998, p. 23).

Em síntese, o território compõe as mulheres e, a partir dele, elas constroem caminhos para manutenção e sustentação de sua parentela. Por intermédio das palavras e dos ensinamentos das anciãs, a vida flui em bases tradicionais, com práticas e comportamentos passados de geração a geração. Os cantos e as conversas em família produzem fronteiras jamais atinadas pelas máquinas de guerra do Estado Nacional, nem tampouco, pelo infortúnio dos não indígenas que desconhecem o poder das palavras das mulheres Guarani e Kaiowá.

2 MULHERES QUE CAMINHAM

A partir da concepção espacial exposta no tópico anterior, cabe discutir que cada comunidade é construída pela união de vários tekohas, que em conjunto constituem um grande território Guarani e Kaiowá denominado Tekoha Guasu. Para Mura (2006) esse grande território ancestral é um espaço composto por mais de dois tekohas que mantêm entre si fortes relações sociais. Nesse viés, é possível compreender que em uma extensa porção de terra estão alocadas diferentes famílias, que mantêm entre si algum tipo de relação, seja esta de consanguinidade ou política.

O tekoha tinha tamanho variável, dependendo do número de parentelas que reunia, pois cada parentela dispunha de uma porção de terra de uso exclusivo para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e rituais. Era comum que os Tekoha também estivessem inseridos em redes de alianças mais amplas, de caráter político e, principalmente, religioso. (PEREIRA, 2007, p. 3).

Na cosmologia Guarani e Kaiowá, a terra é um caminho essencial para a construção da vida, pois é a partir dela que se constituem os indivíduos e os elementos necessários para a sobrevivência deste, conforme elucidado por Meliá “a vida guarani nunca se liberta, nem se abstrai da questão da terra” (MELIÀ, 1990, p. 34). Em vista disso, o território é mais do que um espaço geográfico, sendo então participante vivo de uma comunidade, e agente que possibilita a continuidade física e cultural deste povo. Na língua guarani, tekoha é o termo utilizado para indicar esse lugar de afirmação repleto de sentidos políticos e cosmológicos, que pode ser evidenciado como:

Teko significa modo de ser e ha é um indicativo de lugar. Assim, o uso mais comum do termo é para se referir a um lugar onde se viveu, se vive ou se pode viver o teko, o modo de ser kaiowá. Este modo de ser não pode ser de qualquer jeito; muito pelo contrário, o modo de ser que os Kaiowá e os Guarani se referem é o bom modo de ser (modo reto, certo), chamado de teko porã. (CRESPE, 2015, p. 25).

O tecido social Guarani e Kaiowá abarca o tempo e o espaço enquanto elementos sagrados da cosmologia, levando em conta que a partir dessas concepções é possível se deslocar pelas histórias dos antepassados e honrar por meio do território ancestral as práticas tradicionais de seu povo. Por isso, os processos de confinamento instaurados pelo governo brasileiro no século XX foram um marco decisivo para a desestruturação das aldeias e a ocupação dos territórios tradicionais pelas atividades agropastoris.

Entre 1915 e 1928, o SPI⁵ iniciou o processo de criação de oito reservas, visando concentrar a população indígena em áreas delimitadas, sem considerar suas necessidades culturais, ecológicas ou sociais.

Na década de 1940 se encerra a renovação dos contratos de arrendamento das terras do sul do atual MS, que beneficiavam a Companhia Mate Laranjeiras. Isto dá lugar a uma verdadeira corrida de pessoas interessadas em comprar terras na região. A legislação em vigor considerava as terras públicas como devolutas, sendo postas à venda pelo antigo estado de Mato Grosso, do qual fazia parte MS antes da divisão política. Assim, as terras onde estavam localizadas as comunidades kaiowá são vendidas a particulares, e muitas comunidades são forçadas a deixar os locais de suas aldeias. (PEREIRA, 2007, p. 4).

O principal objetivo desse confinamento era liberar terras para a exploração agrícola e pecuária, especialmente para o cultivo de erva-mate e a criação de gado. No entanto, esse processo intensificou-se a partir da década de 1950, com a chegada de novos colonizadores e o avanço do desmatamento para a implantação de fazendas. Tal processo impactou as comunidades em diferentes aspectos, pois impedia as/os indígenas de realizarem suas práticas tradicionais de mobilidade e subsistência, o que resultou em desintegração social e aumento de crises internas. Conforme elucidado por Crespe, “Assim, as reservas produziram novas formas de associação entre pessoas que planejaram ações voltadas para recuperação de antigos territórios” (CRESPE, 2015, p. 136).

A mobilidade espacial das/os Guarani e Kaiowá é central para sua cosmologia e organização social, por ir além do deslocamento físico, integrando elementos espirituais e culturais. Para elas/es, o movimento pelo território está profundamente conectado à sua identidade e ao teko porã⁶. O processo de mobilidade é uma prática ancestral de conexão com o território, permitindo a manutenção de suas tradições, rituais e redes de parentesco, pois “o caminhar, o andar, faz parte do universo cultural desses povos, para inúmeras atividades tradicionais históricas e da atualidade” (AZEVEDO; BRAND; COLMAN, 2013, p.24).

Oguatá é a palavra utilizada para se referir ao caminhar ou andar bem no território. Este

⁵ Serviço de proteção aos índios, órgão extinto em 1976 e substituído pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

⁶ Palavra da língua Guarani que significa “bem viver” e está vinculada a ancestralidade, a relação entre os seres humanos, os elementos da natureza e o sagrado.

caminhar é muito mais que um simples deslocamento físico; é um ato que reafirma a relação sagrada entre o povo Guarani e Kaiowá e a terra. Através do Oguatá, elas/es mantêm vivas as suas tradições e se reconectam espiritualmente com seus ancestrais.

O oguata geralmente é iniciado pelo convite “jaha, jaha!” (Vamos, vamos!) e consiste principalmente no movimento de caminhar entre as casas dos parentes com intuito de fazer visitas, encontrar com o rezador e participar de cerimônias religiosas, casamentos e festas, frequentes nos antigos assentamentos. (CRESPE, 2015, p. 318).

Assim, é possível observar que a mobilidade espacial é um fenômeno intrínseco nas comunidades, de maneira que proporcione as boas relações sociais e o bem-viver das/os Guarani e Kaiowá. De maneira que não esteja presente nas comunidades como uma atividade isolada, mas como parte fundamental do cotidiano, conforme elucidado por Cavararo, a vida Guarani:

é caracterizada pela liberdade por ser uma população indígena sem fronteiras, ou melhor, sem as mesmas fronteiras impostas pelos Estados nacionais, que se resume à liberdade de ir e vir dentro do seu território, seja para visitar seus parentes, na busca de novos territórios, ou até mesmo, poderem trabalhar e garantir o acesso à educação e saúde. (CAVARARO, 2019, p.24).

As restrições de circulação concebidas pelo poder público afetam diretamente um povo que ancestralmente se desloca por entre seus territórios. Os limites geográficos das/os Guarani e Kaiowá, abarcam elementos visíveis e simbólicos, como os rios, as árvores, as relações políticas e de aliança que se formam em terra, assim, estas/es se organizam para moradia e circulação, de maneira que seja possível praticar o jeito de ser Guarani em solo deixado pelas divindades.

Por fim, a caminhada nesse território, mais do que a expressão cultural de símbolos e significados, é também a busca por algo que se aspira atinar. O verbo “deslocar” não abrange a totalidade desse fenômeno, considerando que ele está sempre acompanhado de outras ações pertinentes as/os que praticam, pois os cantos, as preces e as histórias acompanham as/os Guarani e Kaiowá em toda sua trajetória.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pandemia da COVID-19 evidenciou mundialmente problemas estruturais do sistema capitalista em diferentes esferas. No Brasil, foi possível identificar a fragilidade das políticas sociais voltadas para as comunidades indígenas, e a insuficiência de estratégias específicas para cada etnia no combate ao vírus, conforme elucidado por Veron e Guimarães:

A Covid escancarou as precariedades dos serviços de saúde e incapacidade da rede municipal de arcar com a atenção primária em território indígena, tendo em vista sua

fragilidade na estruturação da média e alta complexidade com leitos hospitalares e toda a estrutura que deve operacionalizar esses leitos. Planejamento, criação de estrutura material e humana são elementos que faltam e faltaram em todo esse processo para lidar com a saúde indígena. (VERON; GUIMARÃES, 2020, p. 116).

As medidas sanitárias e as orientações de isolamento social, além de insuficientes, ocorreram de maneira coletiva e generalizante para todos os povos tradicionais, sem considerar as especificidades e os contextos territoriais de cada comunidade. Em carta emergencial⁷, os conselhos representantes das/os Guarani e Kaiowá, explicitaram a constância em: “solicitar o atendimento diferenciado específico para indígenas, uma organização URGENTE da rede de urgência e emergência segura, respeitando as especificidades do nosso povo” (CONSELHOS GUARANI E KAIOWÁ, 2020, p. 2).

No contexto das/os Guarani e Kaiowá, o isolamento social e as restrições de circulação efetuadas durante a pandemia da COVID-19 impossibilitaram a prática do Oguatá e enclausuraram, em um cenário contemporâneo, corpos que historicamente enfrentam processos semelhantes ao de aprisionamento. Em conversa no Território Panduí em Amambai, durante a Kunangue Aty Guassu, Dona Lurdes relatou que, devido às orientações de quarentena, fez o isolamento com as quatro pessoas de sua família: “ficamos todos em casa, ninguém sai, nem pra tomar tereré com a vizinha” (CADERNOS DE CAMPO, 2023).

Apesar do alto risco de contaminação, e das sequelas patológicas que a COVID-19 propiciou, durante o relato, percebo que as maiores reclamações sobre esse período estão relacionadas com a impossibilidade de circulação, mas principalmente com a falta de oportunidade de visitar os parentes antes da morte, em vista, que durante o período pandêmico, Dona Lurdes passou pelo processo de luto algumas vezes com o falecimento de seus parentes. Assim, analiso também como o coronavírus, enquanto agente contemporâneo de cerceamento da liberdade, retirou das/os Guarani e Kaiowá o processo de despedida antes da morte.

Além disso, nesse cenário de catástrofe, o hábito de compartilhar o tereré⁸ com outras pessoas se tornou uma atividade de risco, e a prática em conjunto, que antes era um símbolo de unidade, passa a ser um potencial transmissor de doenças. O distanciamento social e as normas de saúde pública impuseram uma ruptura temporária dessa prática, levando a uma reconfiguração dos rituais sociais. Assim, o tereré enquanto elemento cultural que também promove a coesão e estabilidade nas relações interpessoais na comunidade, com a pandemia

⁷ Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/05/17/carta-emergencial-dos-conselhos-guarani-e-kaiowa-frente-a-pandemia-do-covid19/>

⁸ Bebida feita a partir de uma infusão de erva-mate, que possibilita a adição de ervas de cura e frutas, como limão e laranja.

também se torna uma prática letal.

Ademais, na aldeia Teykue em Caarapó, dona Carmen destacou que durante a pandemia, compreendia a necessidade das medidas de isolamento, pois temia pela saúde dos seus filhos, contudo, relatou ter passado por inúmeros momentos de tristeza por não poder sair de casa e visitar os parentes. “Essa doença foi ruim demais, não dava pra sair, nem conversar com outra pessoa. Ficava só em casa, e nisso a minha criança começou a ficar doente também e tá ruim até hoje” (CADERNO DE CAMPO, 2024).

O coronavírus impossibilitou não somente a prática da perambulação, como o convívio e as relações que se fortalecem ou se formam a partir dela. O relato da Dona Carmen enfatiza constantemente que a maior adversidade enfrentada durante a pandemia foi “não poder se ajuntar com todos os meus filhos” (CADERNO DE CAMPO, 2024).

Nesse sentido, percebo em sua fala o pesar da distância e a dor trazida pelo tempo perdido sem poder reunir a família. A impossibilidade de convívio mais uma vez se demonstra torturante para uma comunidade que tradicionalmente relaciona a comunhão entre pessoas com a prática do viver bem. Durante os relatos, foi possível identificar outra semelhança nas explicações das duas interlocutoras, quando elas mencionam sobre sair de casa para ir ao mato buscar ervas de cura, pois era o único método de manter as famílias seguras e não se sentirem presas em casa.

De acordo com Pereira (2016), a coleta de ervas na mata está normalmente atrelada as mulheres, de maneira que estas sejam responsáveis pela colheita e deslocamento das plantas até suas casas. Outrossim, o antropólogo destaca que esse deslocamento também pode ser analisado como uma estratégia de sobrevivência diante de situações conflituosas:

A perambulação pela floresta, realizada individualmente ou em pequenos grupos, desempenha importante papel no restabelecimento do equilíbrio psicológico, quebrado pelos conflitos e tensões do dia-a-dia, pois, segundo os Kaiowá, ela “esfria a cabeça”. Desempenha importante papel na sociabilidade do casal, que pode usar uma excursão pela mata para quebrar a rotina doméstica ou para “acertar os ponteiros”, depois de uma briga, sem a interferência direta dos parentes. (PEREIRA, 2016, p. 81).

Assim, é possível discutir que, diante de uma realidade adversa, como a pandemia de COVID-19, as/os Guarani e Kiaowá utilizaram uma prática ancestral como forma de sobrevivência e preservação de costumes. Pereira (2007) explicita que, quando alocadas/os nas reservas, as comunidades precisaram reorganizar compreensões e simbologias para que pudessem sobreviver e resguardar aspectos culturais. Por isso, compreendo que as coletas de folhas e a produção de remédios não garantiam somente a segurança física de um povo, mas principalmente a proteção mental e a alocação de práticas em um cenário divergente. Haja vista que, apesar das orientações de distanciamento e isolamento social, caminhar na mata para colher

ervas, é uma forma de praticar o Oguatá e manter a coesão familiar diante das divergências.

Nesse viés, realizo um paralelo com as políticas compulsórias de confinamento impostas pelo Estado brasileiro, que concentravam forçadamente diversas comunidades em reservas delimitadas pelo governo. Tendo em vista, que esse processo de confinamento também teve efeitos devastadores sobre as/os Guarani e Kaiowá, afetando não apenas sua mobilidade, mas também suas estruturas sociais, econômicas e culturais, conforme elucidado por Brand: “O confinamento que se acentua durante a década de 1980, não é apenas geográfico, mas também cultural. E, novamente, é importante não esquecer que é neste momento que as taxas de suicídio entre os Kaiowá/Guarani crescem” (BRAND, 1998, p. 41).

A concentração forçada em pequenas reservas, sem considerar as necessidades cosmológicas e ecológicas deste povo, interrompeu o acesso aos recursos naturais responsáveis pela subsistência e pela prática de manifestações culturais. Com isso, a perda de terras e o desmatamento intensificaram o esparramo das famílias, fragmentando territórios e suas redes de parentesco, como caracteriza Pereira:

As figurações sociais que vivem nas reservas demarcadas se distinguem radicalmente daquelas que viviam nos antigos tekoha. As parentelas que residem nas reservas foram forçadas a conviver em um espaço diminuto, tendo de desenvolver os instrumentos organizacionais capazes de tornar viável a convivência social nesse novo ambiente. São ajuntamentos artificiais que não levam em conta os padrões tradicionais de organização social kaiowá. Disto resulta que os problemas sociais enfrentados nas reservas têm sua origem na conformação artificial da população aí radicada, resultando em constantes conflitos. (PEREIRA, 2007, p. 13-14).

Com a criação das reservas entre 1915 e 1928, as mulheres deste corpo social, tiveram sua liberdade de transição cerceada por limites ocultos de um agente omissivo, que clausurava seus corpos e impelia a necessidade de adaptações constantes, para que houvesse continuidade da vida fisiológica e da vida cultural. Deste modo semelhante, se sucedeu o coronavírus, com um processo rápido e doloroso de aprisionamento. Dona Carmen relata que em primeiro momento, no início de 2020, não compreendia muito bem o que estava acontecendo, e como poderia proteger seus filhos do mal que assolava a aldeia. Conforme as orientações do posto foram sendo repassadas, ela percebeu que precisaria ficar em casa, usar máscara e fazer chá para não se contaminar com a nova doença que circulava.

Nesse viés, analiso que o isolamento social e as medidas de restrição foram impostas pelo Estado nas comunidades, assim como os processos de confinamento, mesmo que não fizessem sentido para as pessoas afetadas. Tendo em consideração, que são ações externas a essa cultura, e não abrangem as compreensões e práticas destas, conforme pontuado por Veron e Guimarães:

Após a confirmação de Covid na indígena trabalhadora do frigorífico, o governo manteve sua paralisia estratégica. Assim, ciente da forma de vida coletiva dos povos indígenas, da superlotação nas reservas da Dourados e de não ter realizado compartilhamento de informações sobre a Covid entre os indígenas, conforme a nota do CIMI, o serviço de saúde orienta a indígena a ir para sua casa, fazer isolamento social. Desse modo, transformou e vem transformando as próprias pessoas, pais, mães, filhas e filhos indígenas em armas biológicas contra os seus. Ao realizar uma orientação equivocada como essa, indicando que a pessoa deve fazer isolamento em sua casa, o Estado não se revela somente ignorante ou com desconhecimento sobre os modos de viver dos povos indígenas, mas sim ciente em decidir transformar a pessoa em uma fonte de contágio em sua comunidade. (VERON; GUIMARÃES, 2020, p. 117).

Nesse sentido, é possível discutir como as medidas que impediam a circulação da comunidade em seu território ancestral, também impossibilitaram a execução do *nhandereko*⁹, tendo em vista que não se coloca em prática um jeito de ser Guarani, sem que haja circulação, rituais e relações sociais constantes. A discussão que levanto aqui, não negligencia a necessidade de combater o coronavírus, nem tampouco condena as práticas que impediram a disseminação deste. Me proponho a analisar como essas medidas afetaram uma prática tradicional entre as comunidades Guarani e Kaiowá, de maneira semelhante a um processo de confinamento antecedente. Contudo, atino que a experiência do isolamento social durante a pandemia evidenciou a fragilidade de soluções universais quando se trata de comunidades culturalmente diversas. Especificamente no caso das comunidades indígenas, o distanciamento social foi uma medida que ignorou a dinâmica coletiva e relacional dessas etnias, o que contribuiu para o agravamento da crise de saúde, mas também para o enfraquecimento das redes de solidariedade e da transmissão de saberes e práticas culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cultura Guarani e Kaiowá é possível identificar um processo constante de ressignificação dos elementos, isso porque, historicamente, houve a necessidade de sobrevivência biológica e cultural de um povo que sofreu e ainda sofre, diversas formas de ataque. A chegada do outro e a ocupação dos territórios tradicionais para a produção agropastoril, ocasionou entre os anos de 1915 e 1928 a demarcação de oito reservas indígenas, bem como a de Caarapó aqui mencionada. Nesse processo, foram escolhidas pelo até então SPI, porções específicas de terra para alocação das comunidades, de maneira que fosse possível disponibilizar as maiores áreas para os grandes produtores que tinham interesse nas regiões.

A alocação das/os indígenas nas reservas demarcadas foi retratada por alguns

⁹ *Nhandereko* é a junção de práticas, relações e formas de vivências que compõem o modo de ser tradicional das/os Guarani e Kaiowá.

antropólogos como um processo de confinamento, que circunscreve o território ancestral de um povo em constante movimento. As pequenas áreas de moradia, foram delimitadas sem considerar os interesses ecológicos e cosmológicos das/os Guarani e Kaiowá, por isso, houve a necessidade de adaptação na realização de rituais e práticas cotidianas, tendo em vista que os rios, as árvores e os elementos sagrados que o território ancestral proporciona, estavam sob o domínio dos fazendeiros.

Em um cenário de invasões e ocupações, surge, em 2020, o coronavírus como agente causador de destruição, tornando evidente a negligência do Estado brasileiro com as comunidades indígenas. Nessa realidade, as/os Guarani e Kaiowá são impedidos de dar dinamismo as suas jornadas e compartilhem a vida com as suas redes de afetos, fatos que demonstram como o poder público e invisível, astutamente, determinou em solo nacional quais corpos teriam recursos para sobreviver e quais seriam esquecidos à própria sorte em áreas de retomada.

Assim, analisa-se como, em um contexto contemporâneo, o Estado mais uma vez se isenta da responsabilidade pela garantia de direitos às comunidades tradicionais, realizando então medidas insuficientes de combate ao coronavírus e atribuindo total responsabilidade às prefeituras municipais. Não me proponho a discutir as diversas vertentes dessa problemática, nem tampouco me dedico a explicitar o descaso do governo federal com a SESAI¹⁰ e com as ramificações dela que atuaram diretamente nas comunidades. Entretanto, compreendo o interesse da pesquisa em analisar somente as implicações das orientações de isolamento, na prática do Oguatá, principalmente porque o trabalho em campo trouxe essa temática por meio das entrevistas com as interlocutoras.

Nesse viés, concluo que as medidas de isolamento social aplicadas de maneira genérica nas comunidades indígenas, sem considerar as especificidades de cada povo, proporcionaram um cenário de desgaste psicológico e social, assim como o processo de confinamento ocasionado pelo SPI. O coronavírus desempenhou, na contemporaneidade, o papel de dispositivo controlador, responsável por cercear a liberdade dos corpos e construir os limites de transição destes.

Por isso, desenvolvo um paralelo de análise entre as medidas de restrição e os processos de confinamento, posto que estes impeliram sobre as/os Guarani e Kaiowá, especificamente nas mulheres, barreiras invisíveis que só existem para as/os não indígenas. Assim, analiso que tais delimitações não inviabilizam somente os deslocamentos espaciais, mas

¹⁰ Secretaria Especial de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde.

principalmente o produto dessas movimentações, como, por exemplo, a troca de conhecimentos em uma roda de tereré. Dado que, por meio dessa prática, surge um momento de comunhão entre os seus, possibilitando a corporalização dos afetos e a permanência das relações sociais.

Em campo, pude perceber que apesar de as orientações de isolamento social impedirem a prática do Oguatá, minhas interlocutoras desenvolveram estratégias para manter a circulação, ainda com alguns entraves, realizando esta apenas para a coleta de ervas. A colheita de folhas medicinais, para a produção de chás que combatem o coronavírus, foi a ferramenta utilizada para sobrevivência de uma prática tradicional, de maneira que por meio desta foi possível materializar conhecimentos deixados pelas/os ancestrais, assim como, curar uma doença do corpo e os transtornos da mente. Dado que as/os Guarani e Kaiowá em meio a uma trajetória de ataques e negligências, constituíram nas bases tradicionais, estratégias e ferramentas para garantir a sobrevivência de uma população.

Por fim, meu enfoque principal não se destina a analisar as caminhadas na mata para a coleta de ervas, mas compreendo esse processo durante a pandemia do coronavírus como um método de sobrevivência, principalmente para as mulheres que estavam habituadas a se deslocarem com frequência entre os tekohas da família extensa. Em um novo cenário social, impossibilitadas do deslocamento em grupo, elas realizam então uma adequação aos moldes do isolamento e intensificam a busca por folhas medicinais, não somente como uma possibilidade de produzir remédios naturais para proteger a família da doença, mas também como alternativa para sua própria sobrevivência, tendo em vista que a circulação é parte fundamental da vida.

REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário; NASCIMENTO, Adir Casaro. Povos Indígenas E As Questões Da Territorialidade. In: Aguilera Urquiza, Antônio Hilário (org.). Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora UFMS, 2013. p. 53-71.

AZEVEDO, Marta Maria Amaral. BRAND, Antonio. COLMAN, Rosa Sebastiana. Os Guarani nos seus processos de mobilidade espacial e os desafios para as políticas públicas na região fronteira brasileira. In: População indígena: mobilidade espacial / Marta Maria do Amaral Azevedo; Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013.

BRAND, A.; Colman, R. Os Guarani na fronteira do Brasil, Paraguay e Argentina: Uma viagem de intercâmbio Guarani. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica**, v.14, n.2, 2014.

BRAND, Antônio J. “Quando chegou esses que são nossos contrários” – a ocupação espacial e

o processo de confinamento dos Kaiowa/Guarani no MS. **Multitemas**, n.12, 1998.

CONSELHOS TRADICIONAIS. Carta emergencial dos conselhos Guarani e Kaiowá frente a pandemia do Covid19. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/05/17/carta-emergencial-dos-conselhos-guarani-e-kaiowa-frente-a-pandemia-do-covid19/>

CRESPE, Aline Castilho Lutti. Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekohará ao tekoha. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS.

FAGUNDES, M. P. Outras ciências possíveis? Pesquisadores Kaingang na Academia: um olhar para as produções acadêmicas na área da Educação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. 2017.

FERNANDES, Thaisa Coelho. Relações espirituais com o território: uma análise antropológica sobre a importância dos rituais e das ñandesy para os Guarani e Kaiowá. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS. 2024.

FERREIRA, Bruno. Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. 2014.

KOPENAWA, Davi; Albert, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015. Kuper, Adam. Cultura: a Visão dos Antropólogos. Bauru, SP: Edusc, 2002. 319 P. (Coleção Ciências Sociais). Isbn 85-7460 146-2.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELIÁ, B. A terra sem mal dos Guarani: Economia e Profecia. **Revista de Antropologia**, v.33, p. 33-46. 1990.

MURA, Fábio. À procura do “bom viver”. Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Programa de Pós Graduação em Antropologia. Rio de Janeiro, 2006.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEREIRA, Levi M. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**, v.1, n.1, p. 1-33, jan./jun. 2007.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul**: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. Dourados: Editora UFGD, 2016.

RODRIGUES, Andréa L. C. Kaiowá- Paĩ Tavyterã: Onde Estamos e Onde vamos? Um Estudo Antropológico do oguata na Fronteira Brasil/Paraguai. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS. 2019.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guaraní. 3. ed. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SERAGUZA, Lauriene. As donas do fogo: política e parentesco nos mundos guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. 2023.

SERAGUZA, Lauriene. Cosmos, corpos e mulheres Kaiowa e Guarani de Aña à Kuña. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS. 2013.

SERAGUZA, Lauriene. Mulheres em retomadas: sobre política e relações de gênero entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul. **Tessituras**, v. 6, n. 2, p. 215-228, jul./dez. 2018.

VERON, V.; Guimarães, S. Sobre máscaras, fumaça e fogo doméstico: experiências das mulheres Kaiowá na pandemia da Covid-19. **Vukápanavo Revista Terena**, v. 3, p. 115–127, out./nov. 2020.

VERON, Valdelice. Tekombo'e Kunhakoty: modo de viver da mulher Kaiowa. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília/DF. 2018.